



SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

SUMÁRIO

1. Objeto da contratação	2
2. Forma de contratação	4
3. Requisitos do fornecedor	7
4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação	9
5. Modelo de gestão	9
6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto	10
7. Obrigações da Contratada	10
8. Regime de execução	9
9. Condições de recebimento do objeto	12
10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual	12
11. Previsão de adoção de Instrumento de Medição de Resultado – IMR	13
12. Forma de pagamento	13
13. Condições de reajuste	13
14. Garantia contratual	14
15. Plano de contratações	14
16. Responsável pela elaboração do TR	14
17. ANEXO 1	15
18. ANEXO 2	21





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

TERMO DE REFERÊNCIA

Aquisição de peças para manutenção de máquinas gráficas do serviço de acabamento

(00200.004183/2025)

1. Objeto da contratação

1.1. Definição do objeto

1.1.1. O objeto do presente Termo de Referência é a aquisição de peças para manutenção de máquinas gráficas do serviço de acabamento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Justificativa para a contratação

1.2.1. Descrição da situação atual

A contratação se faz necessária devido ao desgaste natural e avarias das peças, além da falta de estoque regulador das máquinas gráficas do serviço de acabamento utilizadas na Secretaria de Editorações e Publicações (SEGRAF). Essas peças são essenciais para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços de impressão. Serão contemplados 17 equipamentos com peças de reposição para manutenção. Dentre eles, 14 estão localizados no Serviço de Acabamento e, no último triênio (2022 a 2024), concentraram **720 ocorrências de OSM**, o que representa **quase 50% do total registrado em todo o parque gráfico** (1.452 ocorrências). Esses dados evidenciam o elevado esforço de manutenção dedicado a essas máquinas pela equipe local e evidencia a necessidade de contínuo monitoramento. No SIGAD (Sistema de Gestão Arquivística de Documentos), consta juntado a este termo de referência o anexo 001, cujas páginas 1 e 2 contém a lista dessas máquinas e as páginas 3 a 21 contém um relatório comparativo sobre as Ordem de Serviço de Manutenção das máquinas do serviço de acabamento.

1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada

1.2.2.1. O quantitativo previsto no termo de referência para a aquisição do objeto em tela é aquele que, a partir de análise empreendida por este Órgão Técnico, reflete a necessidade





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

da administração. Para a definição da quantidade solicitada, considerou-se: (i) a estrita necessidade de componentes após análise in loco pela SEMAIN, (ii) em função dos reparos ao longo do último triênio de 2022 a 2024 e (iii) possibilidade de rodízio de peças.

1.2.2.2. Com base nos dados do sistema de monitoramento de OSM no Galileu, foram filtradas apenas as ocorrências relacionadas às máquinas do Serviço de Acabamento. Em seguida, aplicou-se novo filtro para selecionar exclusivamente as ocorrências da categoria “substituição de peças”. O resultado está apresentado na tabela abaixo:

Ano	Total OSM ¹	Substituição	% Substituição sobre Total
2022	227	96	42,3%
2023	387	136	35,1%
2024	263	88	33,5%
Total	877	320	36,5%

Análise interpretativa do gráfico

◆ Ano de 2022

Total de ordens de manutenção: 227

Ocorrências com substituição de peças: 96

A substituição representou 42,3% do total.

Maior percentual de substituição no triênio avaliado, sugerindo alto desgaste dos equipamentos devido a obsolescência dos mesmos e da falta de investimento de peças nos anos anteriores.

◆ Ano de 2023

Total de OSMs subiu para 387 (+70,5% em relação a 2022).

Casos com substituição: 136 (também aumento absoluto).

Proporcionalmente, houve leve queda percentual de substituição: 35,1%, indicando possível uso mais racional dos ativos e reforço em manutenção preventiva com a aquisição

¹ Ordem de serviço de manutenção.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

de peças novas.

◆ Ano de 2024

Total de OSMs caiu para 263 (redução de 32% sobre 2023).

Casos de substituição: 88

A proporção de substituição manteve-se estável: 33,5%, indicando continuidade no padrão de manutenção adotado no ano anterior.

☐ TENDÊNCIA GERAL (2022–2024)

O volume total de OSMs seguiu a seguinte trajetória:

☐ 2022 → 2023: Aumento considerável

☐ 2023 → 2024: Queda significativa

Apesar da variação no total de ordens, o percentual de ordens que exigiram substituição de peças se manteve relativamente estável, girando entre 33% e 42%.

No acumulado, mais de 1 em cada 3 ordens exigiu troca de peças, dado importante para planejamento de estoque de componentes, realização de contratações de aquisição de peças e reavaliação de vida útil dos equipamentos a fim de renovar o parque gráfico.

1.2.3. Resultados esperados com a contratação

1.2.3.1. A contratação das peças para manutenção das máquinas gráficas do serviço de acabamento visa garantir a continuidade dos serviços de impressão, evitando interrupções que possam comprometer os prazos e a qualidade dos materiais impressos. A aquisição adequada de peças permitirá a manutenção preventiva e corretiva das máquinas gráficas, ampliando a vida útil dos equipamentos e assegurando seu funcionamento eficiente. Além disso, a reposição correta e oportuna das peças assegurará que os produtos impressos mantenham a qualidade exigida, atendendo aos padrões e às expectativas da SEGRAF.

1.2.4. Número do contrato vigente ou vencido

1.2.4.1. Não há contratos vigentes, tendo em vista que se trata de compra única.

1.2.4.2. Não houve ocorrências no contrato atual que levaram a evolução no planejamento.

2. Forma de contratação





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

2.1. Tipo de contratação

2.1.1. A contratação será realizada por meio de licitação.

2.2. Modalidade de licitação

2.2.1. A SEGRAF sugere que seja adotada a modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, em razão de o objeto da presente contratação poder ser classificado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, consoante preceituam o art. 6º, incisos XIII e XLI; e art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. Adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP

2.3.1. A SEGRAF sugere que não seja utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação.

2.3.2. Justifica-se a não utilização do Sistema de Registro de Preços pela ausência de necessidade nas contratações frequentes para o mesmo objeto. Ademais, a demanda levantada pela SEMAIN considera a necessidade de troca imediata ou programada das peças e itens presentes neste termo de referência. Por fim, e não menos importante, os itens solicitados sofrem forte influência do euro e do dólar; a adoção de ARP levaria, com alta probabilidade, a uma situação de desequilíbrio financeiro no momento do acionamento.

2.4. Critério de julgamento da contratação

2.4.1. A SEGRAF sugere adotar o critério de julgamento “menor preço”, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações do edital, ofertar o menor preço para o objeto da licitação, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Em atendimento à exigência contida no inciso IV, art. 7º, ADG 14/2022, informamos que o menor preço é o modelo padrão apresentado na minuta de TR disposta na intranet. Sua justificativa dá-se pela própria exigência legal, podendo até mesmo ser dispensada nesses casos, tendo em vista as opções dadas pela lei quando o critério de julgamento escolhido é o pregão, a saber:

“Lei 14.133/2021.

(...)

Art. 6º (...)

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

preço ou o de maior desconto; ”.

Uma vez que é impossível aplicar maior desconto na licitação, só resta a administração a aplicação no menor preço.

2.4.2. O critério “menor preço” é o mais adequado em virtude de o objeto não apresentar complexidade técnica significativa para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo considerada a melhor proposta aquela que possibilitar o menor dispêndio de recursos. Além disso, não existem preços tabelados para o objeto, nem será fixado o valor da contratação, não sendo cabível a aplicação do critério “maior desconto”.

2.5. Critério de adjudicação da contratação

2.5.1. Será adotado o critério de adjudicação “por item”, visando à ampliação da competitividade no certame, uma vez que o objeto é divisível e não há prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala.

2.6. Participação ou não de consórcios de empresas

2.6.1. A participação de consórcios no certame que se originará do presente Termo de Referência não será permitida, em razão de que a complexidade e o vulto do objeto não limitam a participação de fornecedores aptos a executar o objeto. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de duas ou mais empresas para a execução da contratação pretendida

2.7. Previsão de subcontratação parcial do objeto

2.7.1. Não se aplica.

2.8. Tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP

2.8.1. Não será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

2.8.2. Vislumbramos óbice pois tal aplicabilidade impediria os próprios fabricantes de licitarem, tendo em vista que esses itens serão utilizados em equipamentos fabricados há mais de 30 anos, gerando, assim, dificuldades para encontrar peças de reposição. Portanto, não é salutar limitar esta participação, haja vista serem os principais fornecedores de peças para os equipamentos em questão. Pelo mesmo motivo, não indicamos estabelecimento de cota exclusiva de 25% para ME.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

2.9. Direito de preferência

2.9.1. Não se aplica.

3. Requisitos do fornecedor

3.1. Necessidade de vistoria

3.1.1. Não é necessária vistoria técnica. A vistoria não é imprescindível para esta contratação pois o edital de licitação já contém todas as informações necessárias ao entendimento do objeto pelas licitantes, permitindo que essas elaborem suas propostas sem necessidade de vistoria.

3.2. A licitante deverá informar quais itens são importados e quais já se encontram nacionalizados. Para os itens importados, deverá ser apresentado, no momento da entrega, o respectivo documento de importação, de forma a comprovar a origem legal do produto e evitar o ingresso de mercadorias por vias não regularizadas ou em desacordo com a legislação aduaneira vigente. Na impossibilidade da apresentação, deverá ser encaminhada justificativa formal que poderá ou não ser aceita pelo Órgão Técnico. No ato da entrega dos itens, nas dependências do Senado Federal, deverá ser apresentado, juntamente com a nota fiscal, documento complementar contendo a identificação de cada peça quanto à sua natureza (original ou similar), bem como a indicação expressa da empresa responsável pela sua fabricação, nacional ou estrangeira, ou, se for o caso, da empresa responsável pela importação ou produção.

3.3. As diligências mencionadas acima visam assegurar, desde a fase preliminar, que as peças ofertadas atendem às exigências do edital quanto à durabilidade, qualidade, compatibilidade e legalidade de origem, bem como evitem o fornecimento de produtos em desacordo com a legislação.

3.4. Sobre peças originais e similares – hipótese de aceitabilidade na hora da entrega: É necessário estrita correlação entre marca e item entregue. Ressalta-se que o edital permite a oferta de peças similares, conforme disposto no Anexo A. Isso ocorre, justamente, pois alguns equipamentos possuem um mercado vasto de peças perfeitamente compatíveis com as que vieram originalmente nos equipamentos. No entanto, caso a peças seja de outra marca, reforçamos o texto que consta no Anexo A:

3.4.1. As peças acima elencadas possuem a descrição e o código do fabricante. No entanto, a coluna ‘código da peça’ está exposta para que as empresas consigam localizar e identificar com mais facilidade qual peça/componente exato o Senado necessita.

3.4.2. Os itens a serem contratados não precisam, necessariamente, ser originais do fabricante.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

Não obstante, eles devem possuir a mesma durabilidade, eficácia, compatibilidade e eficiência na sua fabricação.

3.5. Capacidade Técnica

3.5.1. Não será exigida a comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência não contempla a execução de atividades cujo exercício é exclusivo de determinada profissão, por força legal.

3.5.2. Não será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pelas licitantes, porquanto o objeto da presente contratação não apresenta complexidade nem graus mais elevados de aperfeiçoamento que requeiram a comprovação de qualificação técnica pela licitante. Ademais, os itens são padronizados e estão detalhados no Anexo A.

3.5.3. Não será exigida a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial. Não há requisitos estabelecidos em lei especial que regulem a prestação do objeto e exijam a comprovação de capacidade específica por parte da licitante.

3.5.4. Para os itens 2 a 7 e 71 a 75 (cuja entrega será em até 30 dias):

3.5.4.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

3.5.4.2. A exigência da Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial acima é razoável uma vez que visa demonstrar a aptidão da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro ajuste, atende o disposto nos artigos 69 e 70, III, da Lei 14.133/2021, e, ainda, está em conformidade com a minuta-padrão de edital para contratações com entrega imediata.

3.5.5. Qualificação econômico-financeira, para os itens 1 e 8 a 70 (cuja entrega será acima de 30 dias):

3.5.5.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

3.5.5.2. Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove:

a.1) que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

valor de sua proposta; ou alternativamente

a.2) que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

a.2.1) Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

a.2.2) Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

a.2.3) Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

3.5.6. As exigências de qualificação econômico-financeira são razoáveis, uma vez que visam demonstrar a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, atendem o disposto no art. 69 da Lei 14.133/2021.

3.6. Necessidade de apresentação de amostras

3.6.1. Não será necessária a apresentação de amostras por parte da licitante vencedora, mas é fundamental o envio do prospecto do produto durante a fase de avaliação da conformidade técnica da proposta, principalmente para os itens com prazo de entrega até 30 dias (itens 2 a 7 e 71 a 75).

4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação

4.1. Formalização do ajuste

4.1.1. Para os itens 2 a 7 e 71 a 75, a formalização do ajuste será feita por meio de nota de empenho, tendo em vista que o valor estimado da contratação está dentro dos limites previstos para se dispensar licitação.

4.1.2. Para os itens 1 e 8 a 71, a formalização do ajuste será feita por meio de contrato tendo em vista a contratação objetiva compras para entrega com prazo superior a 30 dias corridos.

4.2. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação do contrato ou ajuste

O contrato decorrente deste termo de referência terá vigência por 6 (seis) meses consecutivos ou até a execução plena do objeto, aquela que ocorrer primeiro.

5. Modelo de gestão

5.1. Indicação dos gestores e fiscais do futuro ajuste





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

5.1.1. A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas por servidores designados pela Secretaria de Editorações e Publicações (SEGRAF), conforme Portaria específica a ser publicada, em conformidade com os requisitos do art. 117 da Lei nº 14.133/21.

5.1.2. Gestor titular: Márcio de Holanda Meireles Viana

- Gestor Substituto: ATSEGRAF

5.1.3. Fiscal titular: Adriano Lúcio da Silveira Junior

- Fiscal substituto: NGPROD

5.2. Forma de comunicação entre as partes

5.2.1. A comunicação entre o SENADO e a empresa contratada se dará por meio dos e-mails (ngprod@senado.leg.br e semain@senado.leg.br) e dos telefones (61) 3303-4126, (61) 3303-4651 ou (61) 3303-3783 para fins de execução contratual (após homologação do certame e assinatura do contrato/recebimento da NE/assinatura da ARP), facultado qualquer outro modelo a ser definido pela gestão ou pela fiscalização.

6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto

6.1. A Contratada fornecerá o objeto deste Termo de Referência de acordo com as alíneas abaixo:

6.1.1. Para os itens 2 a 7 e 71 a 75, em até 30 dias corridos a partir do recebimento na nota de empenho.

6.1.2. Para os itens 1 e 8 a 70, em até 60 dias corridos a partir da assinatura do contrato.

7. Obrigações da Contratada

7.1. São obrigações da Contratada, além de outras previstas no instrumento convocatório e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:

7.1.1. Manter durante a execução do ajuste as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

7.1.2. Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo sempre que houver

7.1.3. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

execução do ajuste;

7.1.4. Manter preposto para este ajuste que irá representá-la sempre que for necessário;

7.1.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos decorrentes da execução do instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência;

7.1.6. Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Termo de Referência salvo com autorização específica do SENADO;

7.1.7. Não ceder os créditos nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste a terceiros.

7.2. Aplicam-se ao instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990.

8. Regime de execução

8.1. Os produtos objetos deste Termo de Referência deverão ser entregues no Serviço de Almoxarifado de Produtos Gráficos (SAPF) da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal (SEGRAF), Almoxarifado III, situado na Praça dos Três Poderes S/N – Anexo do Senado Federal, Bloco 5 – Via N2, Brasília-DF, CEP 70.100-901, das 8 às 18 horas.

8.2. A Contratada fornecerá o(s) produto(s) conforme a(s) marca(s) e especificação(ões) discriminada(s) em sua proposta.

8.3. Os itens fornecidos devem ser novos, de primeiro uso e devem ser encaminhados embalados, etiquetados com os respectivos códigos das peças.

8.4. Os itens devem vir acondicionados em embalagens lacrados, com as informações obrigatoriamente no idioma português, ou espanhol, ou inglês, devidamente rotulados, com nome do fabricante, código da peça e quantidade por unidade. Os materiais e suas respectivas embalagens deverão estar isentos de amassamentos, avarias e quaisquer outros defeitos que prejudiquem ou tornem imprópria a sua utilização

8.5. O prazo de garantia do produto deverá ser de, no mínimo, 90 dias, a contar do recebimento definitivo do objeto.

8.6. Constatadas irregularidades no material entregue, o SENADO poderá:





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

8.6.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo à Contratada providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação por escrito;

8.6.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo a Contratada fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.7. Ao Senado não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor.

8.8. Caberá à Contratada o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

8.9. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade do produto fornecido durante seu prazo de garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação do gestor.

9. Condições de recebimento do objeto

9.1. O recebimento do objeto contratado será feito da seguinte forma:

9.1.1. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais; e

9.1.2. Definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual

10.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

10.1.1. 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

10.1.2. 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

15º (décimo quinto);

10.1.3. 10.1.3. 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

10.1.4. 10.2. As demais hipóteses e condições de sanção deverão seguir as disposições da minuta-padrão de edital.

11. Previsão de adoção de Instrumento de Medição de Resultado – IMR

11.1. Não se aplica.

12. Forma de pagamento

12.1. O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da Contratada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, acompanhada da nota de empenho, se for o caso, condicionado ao termo detalhado de recebimento definitivo do objeto e à apresentação da garantia contratual, quando exigida.

12.2. Será permitido o pagamento proporcional à contratada, referente a um ou mais itens efetivamente entregues, desde que o Órgão Técnico ateste o cumprimento da obrigação, especialmente no que se refere ao atendimento das especificações do edital e aos critérios de qualidade.²

12.2.1. Para que o pagamento seja efetuado, a nota fiscal deverá ser emitida exclusivamente com os itens entregues. Em qualquer hipótese, o valor a ser pago estará limitado ao montante previsto na nota de empenho.

13. Condições de reajuste

13.1. O preço poderá ser reajustado no prazo de 12 meses a partir da data de celebração do ajuste.

13.2. O índice de reajuste a ser adotado deverá ser o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

² Esta alínea do TR é uma redação sugerida pelo órgão técnico dada a resposta da DIRECON, no documento 00100.113197/2025, à nota técnica da SEGRAF, no documento 00100.097816/2025.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

14. Garantia contratual

14.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 96 da Lei 14.133/2021 para a contratação pois, consoante previsto no inciso II do § 2º do art. 18, Anexo III, do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022, não foram estabelecidas, neste TR, obrigações futuras para o cumprimento pela Contratada, não sendo razoável, portanto, a exigência de garantia.

15. Plano de contratações

20250244

16. Responsável pela elaboração do TR

(Assinado eletronicamente)

Fabício Ferrão Araujo

SEGCIG

De acordo

(Assinado eletronicamente)

Márcio de Holanda Meireles Viana

Gestor do Contrato

De acordo

(Assinado eletronicamente)

Luiz Carlos da Costa

Diretor da SEGRAF em exercício





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

ANEXO A

1. As peças abaixo elencadas possuem a descrição e o código do fabricante. No entanto, a coluna código da peça está exposta para que as empresas consigam localizar e identificar com mais facilidade qual peça/componente exato o Senado necessita.
2. Os itens a serem contratados não precisam, necessariamente, serem originais do fabricante. Não obstante, eles devem possuir a mesma durabilidade, eficácia, compatibilidade e eficiência na sua fabricação. Esses parâmetros serão avaliados pelas seguintes etapas: i) as peças recebidas serão comparadas com aquelas do manual do fabricante; ii) o Serviço de manutenção avaliará comparativamente a peça original com a peça recebida; iii) pela localização da inscrição do código na própria peça, naquelas em que for possível a identificação; iv) com uma avaliação da peça na máquina in loco para verificação de compatibilidade.
3. Para todos os itens, o CATMAT é: 446327
4. Em que pese constar do sistema Compras.gov.br unidade distinta, para fins de formulação da proposta deverão ser consideradas as unidades de medida informadas na tabela acima, nos termos do item 1.1.1 deste edital.
5. Para os itens **1**, 8 a **23**, 25 a 27, 30 a 65, 67 a 70 e 73 – cujas especificações técnicas possuem apenas a referência de código das peças – serão aceitas peças equivalentes tendo em vista o estabelecido no item 2 deste anexo.

LISTA DE ITENS

ITEM	NOME	CÓDIGO ou ESPECIFICAÇÃO	Equipamento	QTD
1	BARRA FL50/40X80	300610683	MÜLLER MARTINI 3006/20 (COLEIRO) - 9933611	1
2	Cabo PP flexível, com 2 vias de 2,5 mm ²	Condutores em cobre nu eletrolítico, isolamento e cobertura em PVC, tensão nominal de 300/500 V, para uso em instalações móveis ou fixas, resistente à abrasão e à umidade.	MÜLLER MARTINI 3006/20 (COLEIRO) - 9933611	100
3	Cabo PP flexível, com 4 vias de 2,5 mm ²	Condutores em cobre nu eletrolítico, isolamento e cobertura em PVC, tensão nominal de 300/500 V, para uso em instalações móveis ou fixas, resistente à abrasão e à umidade.	MÜLLER MARTINI 3006/20 (COLEIRO) - 9933611	100
4	Cabo PP flexível, com 4 vias de 4 mm ²	Condutores em cobre nu eletrolítico, isolamento e cobertura em PVC, tensão nominal de 300/500 V, para uso em instalações móveis ou fixas, resistente à abrasão e à umidade.	MÜLLER MARTINI 3006/20 (COLEIRO) - 9933611	100





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

5	Chave seletora rotativa de 3 posições (0 – 1 – 2)	Com fixação por porca em painel, contato de comando (1NA + 1NF), tensão nominal mínima de 250 V, corrente nominal mínima de 10 A, grau de proteção IP65 no frontal.	MÜLLER MARTINI 3006/20 (COLEIRO) - 9933611	3
6	Contator Auxiliar 4NA 24 VAC	Tensão da bobina em 24 VCA, para fixação em trilho DIN ou painel, capacidade de corrente mínima de 6 A em AC-15	MÜLLER MARTINI 3006/20 (COLEIRO) - 9933611	4
7	Contator Auxiliar 4NA 24 VCC	Tensão de acionamento da bobina em 24 VCC, fixação para trilho DIN ou montagem direta em contator, capacidade de corrente mínima de 6 A em AC-15	MÜLLER MARTINI 3006/20 (COLEIRO) - 9933611	4
8	DISCO RD180X20	300616903	MÜLLER MARTINI 3006/20 (COLEIRO) - 9933611	1
9	EIXO (RD30X894)	300642973	MÜLLER MARTINI 3006/20 (COLEIRO) - 9933611	2
10	EIXO (RD30X919)	300642983	MÜLLER MARTINI 3006/20 (COLEIRO) - 9933611	2
11	GUIA	3006.2726.3	MÜLLER MARTINI 3006/20 (COLEIRO) - 9933611	1
12	MANOPLA 2 (ALAVANCA DE PRENSAGEM M8X25)	220325	MÜLLER MARTINI 3006/20 (COLEIRO) - 9933611	15
13	MOLA	0034.095.6	MÜLLER MARTINI 3006/20 (COLEIRO) - 9933611	4
14	MOLA (DE TRACAO 2X16X220)	340654	MÜLLER MARTINI 3006/20 (COLEIRO) - 9933611	2
15	PLACA BASE	300613190	MÜLLER MARTINI 3006/20 (COLEIRO) - 9933611	7
16	PLACA BRONZE	3000.2549.4	MÜLLER MARTINI 3006/20 (COLEIRO) - 9933611	2
17	RESISTÊNCIA	0050.668.4	MÜLLER MARTINI 3006/20 (COLEIRO) - 9933611	2
18	ROLDANA	0210.0828.4	MÜLLER MARTINI 3006/20 (COLEIRO) - 9933611	30
19	SENSOR	0052.511.1	MÜLLER MARTINI 3006/20 (COLEIRO) - 9933611	1
20	SERRILHA CIRCULAR (FRESA Z30)	305089504	MÜLLER MARTINI 3006/20 (COLEIRO) - 9933611	48
21	SOLENOIDE (ELETROIMA KLMS 30Z/4488)	368011614	MÜLLER MARTINI 3006/20 (COLEIRO) - 9933611	1
22	VEDAÇÃO	3002.6734.4	MÜLLER MARTINI 3006/20 (COLEIRO) - 9933611	2





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

23	ARRUELA/BASE (MANCAL DE DESLIZE RD100X19)	300613624	MÜLLER MARTINI 321/0400 (GRAMPEADEIRA) - 9919458/C714	1
24	Botoeira Pendente c/ 2 botões	Contatos tipo NA, tensão nominal de operação 250 VCA, corrente nominal mínima de 5 A, corpo em termoplástico de alta resistência, vedação contra poeira e respingos.	MÜLLER MARTINI 321/0400 (GRAMPEADEIRA) - 9919458/C714	2
25	BUCHA DE ESFERA 40/62X80-2RS	384166	MÜLLER MARTINI 321/0400 (GRAMPEADEIRA) - 9919458/C714	2
26	CAME 30/2725X320	23508194	MÜLLER MARTINI 321/0400 (GRAMPEADEIRA) - 9919458/C714	1
27	CHAPA FL50/4X50	300647774	MÜLLER MARTINI 321/0400 (GRAMPEADEIRA) - 9919458/C714	2
28	Contator trifásico 40 A, bobina 220 VCA	Contator trifásico com 3 polos principais, corrente nominal de 40 A em AC-3, tensão de operação até 400 V, com bobina de acionamento em 220 VCA, contatos auxiliares 1NA + 1NF, para montagem em trilho DIN ou painel.	MÜLLER MARTINI 321/0400 (GRAMPEADEIRA) - 9919458/C714	2
29	Contator Tripolar 220v	Para acionamento de motores, corrente nominal de 18 A, tensão de bobina em 220 VCA, com 1 contato auxiliar normalmente aberto (NA) e 1 normalmente fechado (NF), tensão nominal de operação 690 V, frequência 50/60 Hz, montagem em trilho DIN ou parafuso.	MÜLLER MARTINI 321/0400 (GRAMPEADEIRA) - 9919458/C714	3
30	MEDIDOR (FERRAMENTA DE MEDICAO FL20/151)	23514254	MÜLLER MARTINI 321/0400 (GRAMPEADEIRA) - 9919458/C714	1
31	MEDIDOR (FERRAMENTA DE MEDICAO FL20/15X)	23514104	MÜLLER MARTINI 321/0400 (GRAMPEADEIRA) - 9919458/C714	1
32	MOLA	034.066.0	MÜLLER MARTINI 321/0400 (GRAMPEADEIRA) - 9919458/C714	4
33	MOLA DE TRACAO 16X176X100	340502	MÜLLER MARTINI 321/0400 (GRAMPEADEIRA) - 9919458/C714	2
34	MOLA DE TRACAO 2X16X68	340659	MÜLLER MARTINI 321/0400 (GRAMPEADEIRA) - 9919458/C714	2





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

35	MOLA DE TRACAO 2X18X100	340660	MÜLLER MARTINI 321/0400 (GRAMPEADEIRA) - 9919458/C714	2
36	PARAFUSO (SEXTAVADO M8X25-ISO40) (codantigo 00305437)	309040	MÜLLER MARTINI 321/0400 (GRAMPEADEIRA) - 9919458/C714	66
37	PARAFUSO 6KT13X31	20905614	MÜLLER MARTINI 321/0400 (GRAMPEADEIRA) - 9919458/C714	8
38	PARAFUSO PINO R6X135	23514364	MÜLLER MARTINI 321/0400 (GRAMPEADEIRA) - 9919458/C714	1
39	PORCA RANHURADA M15X1-DIN981	310463	MÜLLER MARTINI 321/0400 (GRAMPEADEIRA) - 9919458/C714	8
40	RODA PARA VINCOS RD50X15	300254964	MÜLLER MARTINI 321/0400 (GRAMPEADEIRA) - 9919458/C714	2
41	RODA PARA VINCOS RD512X18	300254974	MÜLLER MARTINI 321/0400 (GRAMPEADEIRA) - 9919458/C714	2
42	SUORTE (ALAVANCA 45X75X471)	89015242	MÜLLER MARTINI 321/0400 (GRAMPEADEIRA) - 9919458/C714	1
43	SUORTE (ALAVANCA 45X75X553)	89015252	MÜLLER MARTINI 321/0400 (GRAMPEADEIRA) - 9919458/C714	1
44	SUORTE/FACA (PROTECAO 8X40X360)	89005494	MÜLLER MARTINI 321/0400 (GRAMPEADEIRA) - 9919458/C714	2
45	AGULHA	FEE-2457-1923	MECCANOTECNICA - ASTRONIC 180	30
46	AGULHA	FEE-269-69278	MECCANOTECNICA - ASTRONIC 180	30
47	CORREIA	FEE-249-07486	MECCANOTECNICA - ASTRONIC 180	1
48	EIXO	FEE-243-71916	MECCANOTECNICA - ASTRONIC 180	1
49	ENCODER	FEE-287-G08095	MECCANOTECNICA - ASTRONIC 180	1
50	FACA	FEE-272-72069	MECCANOTECNICA - ASTRONIC 180	30
51	FACA	FEE-272.72070	MECCANOTECNICA - ASTRONIC 180	30





SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

52	GANCHO	FEE-269-69151	MECCANOTECNICA - ASTRONIC 180	50
53	GUIA	FEE-265-72056	MECCANOTECNICA - ASTRONIC 180	10
54	NAVETA	FEE-243-71919	MECCANOTECNICA - ASTRONIC 180	50
55	CILINDRO PNEUMATICO	00.580.3930	HEIDELBERG - SPEED MASTER 74	4
56	EIXO SEM FIM	42006029	HEIDELBERG - SPEED MASTER 74	8
57	ENGRENAGEM	M2.006.011	HEIDELBERG - SPEED MASTER 74	6
58	ROLETE	00.550.1471	HEIDELBERG - SPEED MASTER 74	8
59	SOLE / SANFONA	M2.072.0255	HEIDELBERG - SPEED MASTER 74	2
60	SOLE / SANFONA	M2.072.0265	HEIDELBERG - SPEED MASTER 74	2
61	CINTA DE TRANSPORTE	FH.1075231	HEIDELBERG - (DOBRADEIRA) Stahlfolder FFH FFH.1	20
62	CINTA DE TRANSPORTE	FH.1075181	HEIDELBERG - (DOBRADEIRA) Stahlfolder FFH FFH.1	20
63	CINTA DE TRANSPORTE	ZD.220-037-29-00	HEIDELBERG - (DOBRADEIRA) Stahlfolder FFH FFH.1	20
64	CINTA DE TRANSPORTE	FH.1075261	HEIDELBERG - (DOBRADEIRA) Stahlfolder FFH FFH.1	20
65	CORREIA DENTADA	FH.1107871	HEIDELBERG - (DOBRADEIRA) Stahlfolder FFH FFH.1	4
66	Lâmpada tubular LED 60 cm, 24 VDC	Lâmpada tubular LED, tensão de alimentação 24 VDC, comprimento de 60 cm (2 pés), tipo T8, base G13, fluxo luminoso mínimo de 800 lúmens.	MANROLAND R708 3B P 4/4, SÉRIE 748 N° 31702B, ANO 2005	20
67	PONTA DE PINCA	83.05A30-5143	MANROLAND RZK 2/0 . 1/1	100
68	PONTA DE PINCA	81.05A30-5635	MANROLAND RZK 2/0 . 1/1	100
69	DISPLAY	5041711	GUILHOTINA WOHNBERG 76	1
70	SERRILHA/LAMINIA	TST 3618204	Plastificadora GBC Voyager 7580 com alimentador Mabeg e empilhador GREMESER B0	2
71	Cabo com isolamento em fibra de vidro para alta temperatura	Cabo de alta temperatura com condutor de cobre estanhado e isolamento em fibra de vidro, resistente a temperaturas contínuas de até 250 °C, tensão nominal de 300/500 V.	Plastificadora TECNOMAC ACF/TM 700	100





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

72	Drive (Inversor de frequência) - Trifásico 380–480 V	Tensão de entrada 380–480 VCA, 50/60 Hz, corrente de saída 24 A, frequência de saída de 0 a 500 Hz, potência nominal de 11 kW (15 HP), com controle vetorial e escalar, painel IHM incorporado e interface para automação industrial. Referência: modelo WEG CFW 500	Plastificadora TECNOMAC ACF/TM 700	2
73	CORREIA POLI-V 380 J 8	211-348-01-00	STAHL KD 78/4 - KLL-FD-M - 73890-238093	4
74	Drive (Inversor de Frequência) - Trifásico, 400 V, 2,2 kW	Drive (Inversor de Frequência) trifásico, entrada 3/PE AC 400 V, 50/60 Hz, saída 3/AC 400 V, potência nominal de 2,2 kW, corrente de saída 5,5 A, frequência de saída ajustável de 0 a 480 Hz, com controle de velocidade para motores trifásicos, Referência: modelo Lenze EVF8213-E ou equivalente	WONLENBERG - GUILHOTINA PLANA - 44 FM 50/3293-012	1
75	Contator Auxiliar 24v alternado	Contator auxiliar com 4 contatos normalmente abertos (4NA), tensão da bobina em 24 VCA (corrente alternada), capacidade de comutação mínima de 6 A em AC-15, para montagem em trilho DIN ou fixação direta em painel, indicado para circuitos de comando, sinalização e intertravamento em sistemas de automação industrial	DIVERSOS	6

